



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Aos catorze dias do mês de agosto de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho não esteve presente, por se encontrar de férias, tendo sido substituído pelo **Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira**.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, por se encontrar de férias.

O Sr. Presidente ausentou-se pelas 11:30 horas, após a votação do ponto 23 da ordem do dia, para participar numa reunião sobre o SAP, a realizar em Coimbra, não tendo regressado, pelo que foi substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Jorge Campos Vicente.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. ALTERAÇÃO DAS DATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA DO MÊS DE SETEMBRO
2. 15ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ART. 65ª DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.
3. 16ª MODIFICAÇÃO - 2ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

4. REQ. N.º 251/13 – PC N.º 1197/13 – TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.
5. REQ. N.º 1924/12 – PC N.º 17/97 – TAUTI – TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES, LDA.
6. REQ. N.º 856/13 – PC N.º 174/13 – MOLDES RP – INDUSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.
7. REQ. N.º 776/13 – PC N.º 158/13 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.
8. REQ. N.º 964/13 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS
9. REQ. N.º 1003/13 – PC N.º 101/11 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ
10. REQ. N.º 998/13 – PC N.º 199/13 – PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA
11. REQ. N.º 1102/13 – PC N.º 346/06 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
12. REQ. N.º 779/13 – PC N.º 131/12 – JOSÉ HENRIQUES
13. REQ. N.º 797/13 – PC N.º 312/12 – HORÁCIO URBANO FERREIRA
14. REQ. N.º 1222/13 – PC N.º 163/13 – FERNANDO LOPES DOMINGUES
15. REQ. N.º 1006/13 – PC N.º 27/13 – BANCO ESPIRITO SANTO
16. REQ. N.º 883/13 – PC N.º 770/04 – IRMÃOS CAMINHO CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.
17. REQ. N.º 944/13 – PC N.º 121/13 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE
18. REQ. N.º 1032/13 – PC N.º 82/08 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE
19. REQ. N.º 981/13 – PC N.º 61/13 – PLASDANGEST – INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.
20. REQ. N.º 172/13 – PC N.º 38/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO
21. REQ. N.º 1228/13 – PC N.º 150/13 – RATISBONA – PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.
22. REQ. N.º 1013/13 – PC N.º 221/2013 – MINISTÉRIO DA ECONOMIA – DIREÇÃO GERAL DA ECONOMIA DO CENTRO

23. REQ. N.º 1328/11 – PC N.º 139/05 – JOÃO CARLOS CUNHA DA CRUZ
24. REQ. N.º 1293/12 – PC N.º 123/12 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES
25. REQ. N.º 752/13 – PC N.º 320/12 – MARIA DE FÁTIMA JESUS VINDEIRINHO ROSA
26. REQ. N.º 1227/13 – PC N.º 1595/95 – APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
27. REQ. N.º 1228/13 – PC N.º 391/01 – APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
28. REQ. N.º 685/07 – PC N.º 464/07 – ANTÓNIO MARIA GONÇALVES PEREIRA
29. PROCESSO N.º 46/10 – JOÃO MARQUES PEREIRA - APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL
30. PROCESSO N.º 123/07 – CRISAL – CRISTALARIA AUTOMÁTICA SA – APRECIAÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL
31. REQ. N.º 1192/13 – PC N.º 83/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA
32. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ERNESTINO GOMES - DEFERIMENTO.
33. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010-DEEM
34. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA – COMPROMISSOS ASSUMIDOS NOS MESES DE JUNHO E JULHO DE 2013
35. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 75º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JULHO DE 2013

36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2.º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *"TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2013/2014"*
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2.º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014"*
38. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 2.º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE *"SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014"*
39. CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE PORTAGENS COM RECURSO AO SISTEMA DE "VIA VERDE" PARA O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
40. CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS HOSPITALARES PERIGOSOS DOS GRUPOS III E IV PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013 A OUTUBRO DE 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
41. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES
42. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2013

43. REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA HELENA DE ALMEIDA MONTEIRO CUNHA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO
44. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO). MINUTA DE CONTRATO. ALTERAÇÃO.
45. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de treze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais dois assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Presidente** informou que terá que se ausentar da reunião pelas 11:30 horas, para participar numa reunião sobre o SAP, a realizar em Coimbra, às 12:30 horas. Por este motivo solicitou aos Srs. Vereadores a apreciação e votação, em primeiro lugar, de todos os assuntos da ordem do dia que não sejam processos de obras particulares, ficando estes para o fim, assim como as habituais intervenções no período de antes da ordem do dia.
Este pedido foi aceite por todos os presentes.

- O **Sr. Presidente** informou que deu entrada na Câmara um processo dos Hotéis Cristal para remodelação e reclassificação do Hotel Vieira Praia & SPA, que representa um grande investimento no concelho, e que será objeto de uma candidatura de financiamento que o requerente tem que apresentar até dia 5 de setembro, pelo que a Câmara terá que se pronunciar antes dessa data. Contudo, a próxima reunião ordinária só se realizará dia 6 de setembro e há cinco pareceres prévios vinculativos que nesta data ainda não constam do processo: do Turismo de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Portugal, da ANPC, do Ministério da Economia, do Instituto Português do Desporto e do Delegado de Saúde Regional.

Assim, o Sr. Presidente informou os Srs. Vereadores da possibilidade de poder vir a convocar uma reunião extraordinária para este efeito, logo que o processo reúna todas as condições.

Tendo em conta a situação exposta, a Câmara manifestou toda a disponibilidade para de imediato marcar uma reunião extraordinária para analisar o processo dos Hotéis Cristal logo que estejam reunidas as condições para se pronunciar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - ALTERAÇÃO DAS DATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA DO MÊS DE SETEMBRO

685 - As reuniões ordinárias da Câmara Municipal do mês de setembro encontram-se previstas para os dias 5 e 19.

Tendo em conta que a ordem do dia da reunião do dia 5 teria que ser distribuída no dia 2 de setembro, dia em que reúne a Assembleia Municipal, e que a reunião do dia 19 se realizaria já em período de campanha eleitoral autárquica, o Sr. Presidente propôs a alteração do dia de realização das reuniões do mês de setembro para os dias 6 e 16 respetivamente.

Depois de discutido o assunto, esta alteração foi por todos aceite, pelo que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal do mês de setembro se realizarão nos dias 6 (6.ª feira) e 16 (2.ª feira), a partir das 09:30 horas.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

2 - 15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NO N.º 3 DO ART. 65.º DA LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.

686 - Presente despacho n.º 202-DFTI/2013 de 7 de agosto de 2013 do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativo à aprovação da 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhado dos elementos necessários à instrução da decisão tomada.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando o preceituado no n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, desta decisão deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal, por a mesma consubstanciar uma decisão geradora de custo.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento, em cumprimento do preceituado no n.º 3 do art.º 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da decisão tomada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - 16ª MODIFICAÇÃO - 2ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

687 - Presente proposta da 16ª Modificação - 2ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

2ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2013, no valor de 5,00 euros nos reforços e 5,00 euros nas anulações;

2ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 102.701,37 euros nos reforços e 102.701,37 euros nas anulações;

2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013, no valor de 14.685,00 euros nos reforços e 14.685,00 euros nas anulações.

2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2013, no valor de 51.535,00 euros nos reforços e 112.305,00 euros nas anulações.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c), do n.º 2, do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, constituída pela 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma legal.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 251/13 – PC N.º 1197/13 – TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

688 - Presente processo de licenciamento, em nome de Tecnimoplás - Indústria Técnica de Moldes, Lda., com o NIPC 500 280 533, com sede na Rua de Leiria, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1110, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 8/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 1137/79, 96/86 e 1358/90, aprovados respetivamente em reuniões de Câmara datadas de 31 de julho de 1979, 17 de junho de 1987 e 28 de novembro de 1990.;

Presente título de exploração industrial para o estabelecimento industrial do tipo 2, com o n.º 418/2012, emitido pela Direção Regional da Economia do Centro a 11 de maio de 2012;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Tecnimoplás - Indústria Técnica de Moldes, Lda., com o NIPC 500 280 533, com sede na Rua de Leiria, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua de Leiria, n.º 200, Embra, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1110, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Deliberou igualmente informar que a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 57º do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1924/12 – PC N.º17/97 – TAUTI – TECNICA INDUSTRIAL DE MOLDES, LDA.

689 - Presente pedido de informação formulado por Tauti - Técnica Industrial de Moldes, Lda., com o NIPC 502 341 700, com sede em Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, Marinha Grande, relativo ao seu processo de licenciamento n.º 17/97, para a construção de um edifício destinado a armazém de apoio industrial no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3802 e na matriz predial urbana sob o n.º 11293, da freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado em reunião de Câmara de 27/02/97.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Presente pedido de aprovação de alterações com o registo de entrada n.º 4833/2000, de 22 de setembro;

Presente informação técnica datada de 25 de setembro de 2007, informando que o pedido de alterações se encontra em condições de ser deferido;

Presente parecer jurídico elaborado a 17/março/2009 pelo Gabinete de apoio Jurídico da Câmara Municipal da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 23/julho/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação, com condicionalismos;

Presente peça desenhada com definição do traçado da rua das Cavadinhas, no troço fronteiro ao prédio em que se pretende efetuar a presente operação urbanística.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Tauti - Técnica Industrial de Moldes, Lda., com o NIPC 502 341 700, com sede em Cavadinhas, Tojeira de Picassinos, Marinha Grande, para a alteração de um edifício destinado a armazém de apoio industrial, existente na Lameira de Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3802 e na matriz predial urbana sob o n.º 11293, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Execução de passeio ao longo da totalidade da frente do terreno em que se insere o edifício, incluindo todos os trabalhos necessários para assegurar o correto remate do pavimento da faixa de rodagem existente, para o que deverá apresentar, no mesmo prazo referido no n.º anterior, planta de arranjos exteriores, que respeite o traçado constante na peça desenhada anexa à presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 856/13 – PC N.º 174/13 – MOLDES RP – INDÚSTRIA DE MOLDES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

690 - Presente processo de licenciamento, em nome de Moldes RP - Indústria de Moldes, Sociedade Unipessoal, Lda., com o NIPC 504 206 028, com sede na Rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande, para a ampliação de uma unidade industrial existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2480 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16399, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 6/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação, com condicionalismos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Presentes processos antecedentes, designadamente o processo n.º 147/10, aprovado em reunião de Câmara de 27/01/2011;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Moldes RP - Indústria de Moldes, Sociedade Unipessoal, Lda., com o NIPC 504 206 028, com sede na Rua José Alves Júnior, n.º 422, Marinha Grande, para a ampliação de uma unidade industrial existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2480 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16399, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses, a contar da data da notificação, os seguintes elementos:

a) Projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

b) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação sobre a parcela referenciada na planta de implantação como “Artigo Rústico n.º 1.043 (propriedade do sócio gerente)”, assim como a respetiva certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente à mesma parcela, a qual deverá ser devidamente anexada à parcela registada na Conservatória sob o n.º 2480;

2.- Execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 776/13 – PC N.º 158/13 – HRV – EQUIPAMENTOS DE PROCESSO, S.A.

691 - Presente processo de licenciamento, em nome de HRV - Equipamentos de Processo SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua da Grécia, no Casal da Lebre, a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15147 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17822, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 06/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de HRV - Equipamentos de Processo SA, com o NIPC 501 299 947, com sede na Boavista, freguesia da Boavista e concelho de Leiria, para a legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua da Grécia, no Casal da Lebre, n a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do

Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15147 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17822, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;**
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

Deliberou igualmente informar o requerente do seguinte:

- a) Sendo a atividade industrial pretendida do tipo 3, encontra-se a mesma sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia, nos termos do artigo 33º do SIR – Sistema de Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto, sendo a entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial a Câmara Municipal;**
- b) Nos termos do n.º 6 do artigo 57º do RMEUMMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 964/13 – PC N.º 36/11 – JOSUÉ JERÓNIMO INÊS

692 - Presente processo de licenciamento, em nome de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141 612 240, residente na rua 42, n.º 24, Trutas, Marinha Grande, para a alteração em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a armazém, serviços e indústria, existente na rua do Repouso, Casal Galego, Marinha Grande, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535, na matriz predial urbana sob os números 13125, 13949 e 15606, e na matriz predial rústica sob o n.º 5987, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 08/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC 36/11, aprovado em reunião de Câmara de 11 de abril de 2012, com o alvará de licença de construção n.º 90/12, emitido a 21 de dezembro de 2012, válido até 20 de dezembro de 2013;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Josué Jerónimo Inês, com o NIF 141 612 240, residente na rua 42, n.º 24, Trutas, Marinha Grande, para a alteração em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE),

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, de um edifício destinado a armazém, serviços e indústria, existente na rua do Repouso, Casal Galego, Marinha Grande, no prédio misto registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4535, na matriz predial urbana sob os números 13125, 13949 e 15606, e na matriz predial rústica sob o n.º 5987, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, as alterações aos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1003/13 – PC N.º 101/11 – CATARINA ALEXANDRA GUERRA BAROSA COSTA VAZ

693 - Presente requerimento n.º 1003/13, datado de 2013/07/03, constante do processo camarário n.º 101/11, subscrito por Catarina Alexandra Guerra Barosa Costa Vaz, NIF n.º 207047642, com residência na Alameda da Fonte Velha, n.º 22 A, Quinta da Beloura, freguesia de Penaferrim, concelho de Sintra, a solicitar a aprovação dos projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento da obra de remodelação e ampliação de uma moradia unifamiliar, incluindo a demolição de anexos existentes, localizados num prédio sito na Rua Central, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura referente ao licenciamento em causa, deferido por deliberação camarária datada de 2012/10/04.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/08/01, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/06 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Aquando do início da construção (ampliação), após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, devendo promover o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 998/13 – PC N.º 199/13 – PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA

694 - Presente processo de licenciamento, em nome de Pedro Miguel Martins Malta, com o NIF 182 180 433, residente na rua Fernando José Alvarez Baridó n.º 13, Guarda Nova, Marinha Grande, para a ampliação e legalização de um edifício destinado a indústria, existente na rua Fernando José Alvarez Baridó (antiga rua da Calçada), lugar de Guarda Nova, freguesia de Marinha Grande, a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2853 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9151, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 06/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, com os números 92/88, 50/88, 2363 de 968, 910/70 e 630/72;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Pedro Miguel Martins Malta, com o NIF 182 180 433, residente na Rua Fernando José Alvarez Baridó n.º 13, lugar de Guarda Nova, Marinha Grande, para a ampliação e legalização de um edifício destinado a indústria, existente na Rua Fernando José Alvarez Baridó (antiga rua da Calçada), lugar de Guarda Nova, Marinha Grande, a levar a efeito no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2853 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9151, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Deliberou igualmente informar o requerente do seguinte:

a) Sendo a atividade industrial pretendida do tipo 3, encontra-se a mesma sujeita ao procedimento de mera comunicação prévia, nos termos do artigo 33º do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de Agosto, sendo a entidade coordenadora do respetivo licenciamento industrial a Câmara Municipal;

b) Nos termos do n.º 6 do artigo 57º do RMEUMMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão de autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1102/13 – PC N.º 346/06 – APPACDM – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

695 - Presente processo de licenciamento, em nome de APPACDM-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com o NIPC 504 646 796, com sede na Rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, para a alteração em obra de um edifício destinado a Lar Residencial destinado a pessoas com deficiência, em construção na rua David Mourão Ferreira, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13312 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15653, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 6/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 6/12, emitido a 24 de janeiro de 2012 e em vigor até 23 de novembro do presente ano;

Presentes pareceres externos favoráveis da Administração Regional de Saúde do Centro e do Instituto de Segurança Social.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de APPACDM-Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, com o NIF 504 646 796, com sede na Rua Bento de Jesus Caraça, Marinha Grande, para a alteração em obra de um edifício destinado a Lar Residencial para pessoas com deficiência, em construção na rua David Mourão Ferreira, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13312 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 15653, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 779/13 – PC N.º 131/12 – JOSÉ HENRIQUES

696 - Presente processo de licenciamento, em nome de José Henriques, com o NIF 175 003 220, residente na Rua do Vale Gil, n.º 3, Charneca da Amieira, Marinha Grande, para a construção de um muro de vedação a executar no terreno sito na Rua do Moinho do Guerra, n.º 1, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6924 e nas matrizes prediais urbana e rústica, respetivamente, sob os números 9320 e 10039, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 07/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação, com condicionalismos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Presentes processos antecedentes, PC 1009/89 e 409/2000, respeitantes a uma habitação unifamiliar e um muro, respetivamente;

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de José Henriques, com o NIF 175 003 220, residente na rua do Vale Gil, n.º 3, Charneca da Amieira, Marinha Grande, para a construção de um muro de vedação a executar no terreno sito na rua moinho de Guerra, n.º 1, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6924 e nas matrizes prediais urbana e rústica, respetivamente, sob os números 9320 e 10039, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Deverá assegurar-se a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra;**
- 2.- A vedação não confinante com espaço público, cuja altura não deverá ultrapassar os 1,80 m, seja executada em rede metálica, suportada por prumos metálicos convenientemente espaçados, podendo estes ser chumbados a murete em betão ou alvenaria com uma altura máxima face ao terreno natural de 0,40 m, não sendo admitida a construção de muros em placas de betão.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1.- Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2.- Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 797/13 – PC N.º 312/12 – HORÁCIO URBANO FERREIRA

697 - Presentes requerimento n.º 797/13, registado em 2013/05/24, requerimento n.º 312/13, registado em 2013/07/02 e requerimento n.º 1221/13, registado em 2013/08/06, do processo de licenciamento em nome de Horácio Urbano Ferreira, com o NIF 160297451, residente na Rua Mendonça, n.º 47, 1.º D.º, Viseu, para a construção (legalização) de moradia T3 de rés-do-chão, construção de muro de vedação e demolição de anexos, em prédio com 1.750 m², sito na Rua das Hortinhas, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12620 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6477, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal realizada em 2013/04/22.

Presentes projetos das especialidades acompanhados de declaração de responsabilidade do seu autor, a estimativa orçamental da obra, memória descritiva – componente arquitetura – e planta de implantação.

Presente informação técnica dos serviços de 2013/05/29 que atesta, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro, estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Presentes informações técnicas dos serviços, datadas de 2013/08/01 e de 2013/08/07, que atestam estarem os elementos da componente arquitetura aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, tendo por condicionalismos a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 1222/13 – PC N.º 163/13 – FERNANDO LOPES DOMINGUES

698 - Presente requerimento n.º 1222/13, datado de 2013/08/06, constante do processo camarário n.º 163/13, subscrito por Fernando Lopes Domingues, NIF n.º 117849600, com residência na Rua 25 de Abril, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar a aprovação dos projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento da obra de construção de edifício de habitação unifamiliar, incluindo a demolição de edificação existente, a levar a efeito num prédio sito no Largo 1.º de Maio, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura referente ao licenciamento em causa, deferido por deliberação camarária datada de 2013/06/28.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/08/06, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/06 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, devendo o registo dessa deslocação ser patente no respetivo livro de obra.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. Nos termos do disposto no artigo 94.º do RMEUMMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, as obras de construção civil são suspensas no período compreendido entre o dia 1 de julho e o dia 31 de agosto, devendo, na data do início do prazo de suspensão mencionado, todas as ações de desobstrução da via pública, nos termos do artigo 90.º n.º 1 do RMEUMMG, estar concluídas, sendo que devem, também, ser tomadas todas as medidas necessárias de forma a acautelar o perfeito isolamento da obra, nomeadamente através da colocação de tapumes.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 29/2010, de 02/09, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 1006/13 – PC N.º 27/13 – BANCO ESPIRITO SANTO

699 - Presente requerimento n.º 1006/13, datado de 2013/07/03, constante do processo camarário n.º 27/13, subscrito por Banco Espírito Santo, S.A., NIPC n.º 500852367, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, a solicitar a aprovação dos projetos das especialidades referentes ao pedido de licenciamento da obra de legalização da alteração e ampliação de moradia existente, legalização da construção de anexos, telheiro e piscina, da obra de demolição de construções anexas levadas a efeito sem o respetivo licenciamento municipal, da obra de alteração de muro de vedação existente, bem como das obras necessárias à regularização de todo o conjunto existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Joaquim Marques Nobre, n.º 10, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente projeto de arquitetura referente ao licenciamento em causa, deferido por deliberação camarária tomada na reunião datada de 2013/04/04.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/07/24, propondo a aprovação dos projetos das especialidades apresentados.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico, datado de 2013/07/24, que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

- 1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, incluindo o remate do passeio na zona do muro a corrigir, junto da Rua Joaquim Marques Nobre, sendo os materiais a utilizar, iguais aos materiais existentes no referido passeio.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Constatada a constituição das coberturas dos anexos a alterar, a demolir e do telheiro a alterar, em chapas de fibrocimento a substituir, deverá dar particular atenção ao estipulado no Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23/06, diploma que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/77/CE, de 26/07, da Comissão Europeia, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas, dado as coberturas em fibrocimento conterem materiais em fibras de amianto, substância que se encontra proibida pelo referido diploma legal.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 29/2010, de 02/09, adiante RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 3. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 4. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N.º 883/13 – PC N.º 770/04 – IRMÃOS CAMINHO CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

700 - Presente requerimento n.º 883/13, datado de 1306/2013, de Irmãos Caminho Construção Civil, Lda., titular do processo de licenciamento de construção de edifício com o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

n.º 770/04, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 235/06, em 01/08, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 14.542, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.036, localizado em Rua Mato do Cego, lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução de coletor destinado à drenagem de águas residuais domésticas.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Definitiva, a Câmara deliberou aceitar definitivamente as obras de urbanização referentes à execução de coletor destinado à drenagem de águas residuais domésticas conforme auto anexo, e mandar libertar os 10% restantes da referida componente, no montante de 611,45 € (seiscentos e onze euros e quarenta e cinco cêntimos), da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 2010, da Caixa de Crédito Agrícola, datada de 26 de maio de 2006.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N.º 944/13 – PC N.º 121/13 – ACÁCIO DE SOUSA FILIPE

701 - Presente processo de licenciamento, em nome de Acácio de Sousa Filipe, NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1º E., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para o licenciamento de uma obra de construção de muro de vedação, a levar a efeito no prédio com a área de 9.480,96 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 982, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4058, sito no lugar do Pero Neto, na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 2013/07/31 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Apreciado o parecer técnico a Câmara Municipal deliberou:

Notificar o requerente, Acácio de Sousa Filipe, NIF 169888924, residente na Rua da Fonte Velha n.º 25 – 1º E., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento do seu processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido para o licenciamento de obra de construção de muro de vedação a levar a efeito no prédio com a área de 9.480,96 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º

982, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4058, sito no lugar do Pero Neto, na freguesia e concelho da Marinha Grande, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente por o prédio se situar em área da Reserva Ecológica Nacional – REN, e a construção proposta não assegurar a adequação ao Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com a redação dada pelo decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N.º 1032/13 – PC N.º 82/08 – MARIA CRISTINA ESTEVES DO VALE

702 - Presente processo de licenciamento, em nome de Maria Cristina Esteves do Vale, com o NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a alteração ao projeto de uma moradia, com alvará de licença de ampliação n.º 73/11, com termo do prazo de validade em 10 de agosto de 2013, sita na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio urbano com 1.215,00 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 01468, e omissa na matriz.

Presente informação técnica datada de 06/08/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

A Câmara Municipal deliberou:

Notificar o requerente, Maria Cristina Esteves do Vale, NIF 184093392, residente em Estrada da Garcia, n.º 65, lugar do Cartaxo, freguesia e concelho de Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, do seu pedido para o licenciamento de obras de alteração ao projeto de alteração e ampliação de moradia, com alvará de licença de ampliação n.º 73/11, com termo do prazo de validade em 10 de agosto de 2013, da moradia sita na Estrada da Garcia, lugar de Cartaxo, freguesia de Marinha Grande, erigida no prédio urbano com 1.215 m², registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 01468, e omissa na matriz, por violar normas legais e regulamentares, nomeadamente:

Por prever alterações na instalação sanitária e não apresentar plano de acessibilidades com a rede de espaços e equipamentos acessíveis bem como solução de detalhe métrico e construtivo, que esclareça as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, de acordo com o previsto no artigo 56º do RMEUMMG-Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Marinha Grande, com a redação atual (DR II série, de 30 de março de 2013) e no Decreto.-Lei n.º 163/2006, de 08/08, item 3.3.4..

Regista-se que a autoria do projeto é titulada por diferente técnico daquele que titula a autoria do projeto aprovado, constituindo, por isso, violação do Código de Direito de Autor e dos Direitos Conexos, na redação dada pela Lei n.º 16/2008, de 01/04.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N.º 981/13 – PC N.º 61/13 – PLASDANGEST – INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, S.A.

703 - Presente requerimento n.º 981/13, datado de 2013/07/01, constante do processo camarário n.º 61/13, subscrito por PLASDANGEST INVESTIMENTOS E GESTÃO DE IMÓVEIS, SA, NIPC n.º 503667463, com sede na Rua 52, n.º 44, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, 2430-520 Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de “*ALTERAÇÃO DE COBERTURA DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE COM ALTERAÇÃO DE USO*”, incidente sobre um prédio sito na Rua dos Oleiros e Rua 42, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande. Presente informação técnica sobre o assunto, datada de 2013/08/05.

Analizada a pretensão, bem como a referida informação técnica que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:

“(…)”

Em face do último parecer técnico emitido sobre a pretensão em referência, relativo aos alinhamentos a prever para a edificação junto da Rua dos Oleiros e da Rua 42, informo:

1. A proposta em apreço, prevê para além da alteração da cobertura da edificação existente, o aumento da sua área coberta, refletindo-se esse aumento, no aumento da área de implantação e de construção existentes, sendo ainda proposta a alteração do uso habitacional para uso de “*armazém de alfaías agrícolas*”.

2. Apesar de se encontrarem garantidos os índices e parâmetros urbanísticos aplicáveis à operação urbanística em referência, definidos no Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, conforme demonstrado no anterior parecer técnico datado de 2013/07/02, bem como as demais normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, esta deverá ser revista por forma a dar cumprimento ao parecer técnico datado de 2013/07/23, no que concerne aos alinhamentos a salvaguardar junto dos arruamentos confinantes, nomeadamente:

“(...)

- 1. O alinhamento da construção confinante com a rua dos Oleiros deverá garantir um afastamento mínimo de 5m, de acordo com o preconizado no artigo 60.º do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.*
 - 2. A construção existente encontra-se atualmente dentro da faixa de rodagem da Estrada Municipal Casal Galego - Trutas – Amieira Rua (Rua 42), em cerca de 1m de largura , pelo que se preconiza um recuo mínimo de 4m da construção existente, de modo a assegurar uma zona de visibilidade para o entroncamento.*
 - 3. A curva de concordância circular a definir entre a Rua 42 e a Rua dos Oleiros, deverá assegurar um raio mínimo de 8m.*
 - 4. Os passeios a construir deverão ter uma largura definida a partir das faixas de rodagem das ruas confinantes, até ao limite do alinhamento da construção, com uma largura mínima de 1,50m para a rua dos Oleiros e de 2,25m para a rua 42.*
- (...)”*

3. Assim, face ao exposto, atento ao conteúdo do referido parecer, propõe-se o indeferimento da pretensão, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, por a obra ser *“(...) suscetível de manifestamente afectar...a estética das povoações, a sua adequada inserção no ambiente urbano ou a beleza das paisagens(...)”*, designadamente pelo facto da edificação a alterar/ampliar, não garantir os alinhamentos previstos para os arruamentos confinantes.

(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N.º 172/13 – PC N.º 38/2013 – NÁDIA ISABEL DE OLIVEIRA COELHO

704 - Presente requerimento apresentado por Nádía Isabel de Oliveira Coelho, com o NIF 261402170, a solicitar a realização de vistoria ao imóvel sito em Rua da Índia, n.º 1, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, em virtude de o mesmo apresentar infiltrações e outras anomalias que podem pôr em perigo a saúde dos que nele habitam.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 21/03/2013, pela qual foi determinada a realização da vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03, por forma a determinar-se quais as obras necessárias a corrigir as más condições de segurança e salubridade eventualmente apresentadas pela edificação.

Presente Auto de Vistoria datado de 29/07/2013, referente à vistoria realizada em 04/04/2013, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Após análise do processo, a Câmara deliberou determinar a execução das obras consideradas necessárias a sanar as patologias detetadas na mencionada vistoria, designadamente:

- 1 – Criação de alternativas técnicas, ativas ou passivas, que garantam o aumento dos níveis de ventilação, dos espaços existentes, nomeadamente no quarto e no espaço comum cozinha/sala;
- 2 – Limpeza e raspagem das áreas afetadas com a deposição de fungos, utilizando escova de aço e pintura com aplicação de tinta com aditivo antifúngico.

Mais deliberou conceder um prazo de 30 dias para a execução dos referidos trabalhos, devendo, previamente, apresentar o competente projeto das obras de alteração eventualmente sujeitas a licenciamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 1228/13 – PC N.º 150/13 – RATISBONA – PROMOÇÕES E CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.

705 - Presente processo de comunicação prévia referente à CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A SUPERMERCADO a levar a efeito no prédio misto sito na Avenida Vítor Gallo, descrito na conservatória do registo predial da Marinha Grande sob o n.º 16389, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2776 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 9974 e 9974, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de emissão de Despacho de Admissão proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 30/07/2013 tendo sido emitido o respetivo comprovativo de admissão da comunicação prévia em 31/07/2013.

Presente requerimento a solicitar o cancelamento de caução prestada mediante depósito na Tesouraria desta Câmara Municipal (Guia n.º 1/638/12594, de 06/06/2013), no valor de € 7.788,00 (sete mil setecentos e oitenta e oito euros), correspondente aos trabalhos de limpeza, desmatação e abertura de vala de fundações, no terreno objeto da pretensão, aprovados por Despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 11 de junho de 2013, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 81.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2000 de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de ter já sido emitido o comprovativo de admissão da comunicação prévia para a operação urbanística mencionada.

Após análise da pretensão, a Câmara deliberou mandar libertar a caução prestada mediante depósito efetuado na Tesouraria desta Câmara Municipal (Guia n.º 1/638/12594, de 06/06/2013), no valor de € 7.788,00 (sete mil setecentos e oitenta e oito euros), correspondente aos trabalhos de limpeza, desmatação e abertura de vala de fundações, a executar no prédio misto sito na Avenida Vítor Gallo, descrito na conservatória do registo predial da Marinha Grande sob o n.º 16389, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2776 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 9974 e 9974.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

freguesia e concelho de Marinha Grande visto esses trabalhos encontrarem-se atualmente abrangidos pelo Comprovativo de Admissão da Comunicação Prévia emitido em 31/07/2013 e válido até 28/02/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N.º 1013/13 — PC N.º 221/2013 — MINISTÉRIO DA ECONOMIA — DIREÇÃO GERAL DA ECONOMIA DO CENTRO

706 - Presente pedido de parecer relativamente ao projeto de ampliação da rede de distribuição de gás natural no concelho da Marinha Grande — zona de ampliação: Pero Neto, Trutas e Amieira, solicitado pelo Ministério da Economia e do Emprego — Direção Regional de Economia do Centro, apresentado por Lusitaniagás — Companhia de Gás do Centro, S.A. junto daquela entidade.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou emitir parecer favorável condicionado ao projeto de ampliação da rede de distribuição de gás natural no concelho da Marinha Grande — zona de ampliação: Pero Neto, Trutas e Amieira, tendo por base as seguintes disposições:

1. Na localidade das Trutas já foi executada rede de abastecimento de gás, devidamente autorizada pela Câmara Municipal da Marinha Grande, em quase todos os arruamentos. Quanto à execução da rede de gás nesta localidade nos arruamentos em falta e de acordo com o projeto apresentado junto do Ministério da Economia do Centro, não se vê inconveniente na sua execução, desde que, a abertura de vala se execute sempre que possível pela berma ou passeio, e que os pavimentos sejam devidamente repostos nos materiais iguais aos existentes;

2. Na localidade da Amieira, não se vê inconveniente na execução da rede de gás proposta, desde que, a abertura de vala seja executada pela berma ou passeio, sempre que possível, e se promova a reposição dos pavimentos, em betão betuminoso, na faixa de rodagem, e, no passeio, em material igual ao existente. Deverá também promover a reposição da sinalização horizontal sempre que a mesma seja danificada.

3. Na localidade do Pero Neto não se vê inconveniente na execução da rede de gás proposta, desde que:

i) Não seja executado qualquer corte de betuminoso na Rua da Marinha Pequena, Rua das Laranjeiras, Rua dos Coelhoos, Rua do Pinheiro Manso e Estrada do Pero Neto, uma vez que estes arruamentos foram alvo de intervenções recentes, comunicadas à LusitâniaGás, onde foram aplicados pavimentos betuminosos. Assim, nestes arruamentos devem ser encontradas soluções alternativas ao corte do betuminoso;

ii) A abertura de vala, seja executada pela berma ou passeio, sempre que possível, e os pavimentos sejam repostos, em betão betuminoso, na faixa de rodagem, e, no passeio, em material igual ao existente, não esquecendo a reposição da sinalização horizontal sempre que a mesma seja danificada.

4. Nos arruamentos que fazem a ligação das localidades Trutas/Amieira e Trutas/Pero Neto, a rede deve ser executada pela berma ou passeio, evitando ao máximo os cortes de betuminoso. Sempre que houver necessidade de corte de betuminoso, este deve ser repostado nas devidas condições, devendo ser promovida a reposição da sinalização horizontal, sempre que a mesma seja danificada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N.º 1328/11 – PC N.º 139/05 – JOÃO CARLOS CUNHA DA CRUZ

707 - Presente processo de licenciamento registado sob o n.º 139/05, em nome de João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a construção de um edifício destinado a habitação e comércio, a construir na Rua Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8084 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 166, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 7/08/2013 que atesta ter sido excedido o tempo concedido por prorrogação datada de 13/02/2012 para solicitar a emissão do alvará de licença de construção relativo ao processo referenciado;

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 07/08/2013 que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,
1- Considerando que o interessado, João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de uma obra de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, a construir na Rua Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8084 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 166, da freguesia e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 12/10/2010, através do ofício n.º 954/10, de-18/08/2010, rececionado em 24/08/2010;

2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 19/08/2011 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e da Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro – RJUE);

3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente, datado de 09/02/2012, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 140/12, de 13/02/2012 e rececionado em 15/02/2012;

- 4- Considerando que o interessado tinha até ao dia 24/08/2012 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 5- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 6- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 139/05, em nome de João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para construção de um edifício destinado a habitação e comércio, a construir na Rua Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8084 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 166, da freguesia e concelho da Marinha Grande delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, notificar, o requerente, João Carlos Cunha Cruz, com o NIF 182 129 918, com escritório na Rua de Leiria, Centro de Negócios “Maper”, Escritório AL, Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

A reunião foi interrompida entre as 11:30 horas e as 11:50 horas, para um pequeno intervalo.

O Sr. Presidente ausentou-se nesta altura, para participar numa reunião sobre o SAP, a realizar em Coimbra, não tendo regressado, pelo que foi substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Jorge Campos Vicente.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

24 - REQ. N.º 1293/12 – PC N.º 123/12 – JOAQUIM MANUEL PEREIRA FERNANDES

708 - Presente processo de licenciamento, em nome de Joaquim Manuel Pereira Fernandes, com o NIF 123 766 370, residente na Av. Victor Gallo, n.º 125 – Apt 375, 2430 172, Marinha

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Grande, para a legalização de um edifício destinado a oficina e armazém, existente na Rua do Fagundo, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 27 de março de 2013, que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presentes processos antecedentes, PC n.º 716/01 e n.º 511/2004, indeferidos em reunião de Câmara, respetivamente, de 15/07/2002 e de 26/07/2007, por apresentarem propostas que violavam o PDM – Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;

Presente deliberação de Câmara datada de 04/04/2013, concedendo ao requerente o prazo de 15 dias, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100º e 101º do CPA, para que este apresentasse as alegações que entendesse quanto ao projeto de indeferimento do seu pedido.

Presente proposta de deliberação referindo ter sido excedido o tempo concedido sem que fosse apresentado qualquer elemento por parte do requerente que permitisse sanar as questões de fato e de direito constantes no projeto de indeferimento do seu pedido.

Decorrido o prazo para se pronunciar em sede de audiência prévia, sem que tenham sido apresentadas quaisquer alegações, a Câmara Municipal deliberou indeferir o pedido de licenciamento apresentado por Joaquim Manuel Pereira Fernandes, com o NIF 123 766 370, residente na Av. Victor Gallo, n.º 125 – Apt 375, 2430 172, Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a oficina e armazém, existente na Rua do Fagundo, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (R.J.U.E.), publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar o disposto no n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDM, ao apresentar uma construção excessiva face às dimensões da parcela em que se encontra, tendo em conta que é apresentado na proposta um índice de construção bruto de 0,65, que excede o índice de construção bruto previsto para o aglomerado de Albergaria, que é de 0,25.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N.º 752/13 – PC N.º 320/12 – MARIA DE FÁTIMA JESUS VINDEIRINHO ROSA

709 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 752/13 de 20/05/2013, apresentado por Maria de Fátima Jesus Vindeirinho Rosa, com o NIF 176626840, residente em Rua das Eiras, nº 4, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 320/12, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 50/13, emitido em 29/04/2013.

Presente parecer técnico datado 07/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Eiras, nº 12, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Maria de Fátima Jesus Vindeirinho Rosa, com o NIF 176626840, residente em Rua das Eiras, nº 4, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N.º 1227/13 – PC N.º 1595/95 – APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

710 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 752/13 de 20/05/2013, apresentado por APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (delegação da Marinha Grande), com o NIPC 504646796, com sede em Rua Bento de Jesus Caraça, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 391/01, titulada pelo alvará de construção n.º 154/2003, emitido em 05/03/2003.

Presente parecer técnico datado 07/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Cabine, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de PPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (delegação da Marinha Grande), com

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

sede em Rua Bento de Jesus Caraça freguesia de Marinha Grande com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N.º 1228/13 – PC N.º 391/01 – APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL

711 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 752/13 de 20/05/2013, apresentado por APPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (delegação da Marinha Grande), com o NIPC 504646796, com sede em Rua Bento de Jesus Caraça, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 391/01, titulada pelo alvará de construção n.º 154/2003, emitido em 05/03/2003.

Presente parecer técnico datado 07/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Cabine, lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de PPACDM-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL (delegação da Marinha Grande), com sede em Rua Bento de Jesus Caraça freguesia de Marinha Grande com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N.º 685/07 – PC N.º 464/07 – ANTÓNIO MARIA GONÇALVES PEREIRA

712 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 949/13 de 21/06/2013, apresentado por António Maria Gonçalves Pereira, com o NIF 149114745, residente em Av. das Piscinas, n.º 24, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 464/07, e titulada pelo alvará de obras de legalização/ampliação n.º 110/11, emitido em 19/12/2011.

Presente parecer técnico datado 07/08/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Rosas, lugar de Pedra de Baixo, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de António Maria Gonçalves Pereira, com o NIF 149114745, residente em Av. das Piscinas, n.º 24, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - PROCESSO N.º 46/10 – JOÃO MARQUES PEREIRA - APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES
APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL**

713 - Presente processo de licenciamento, com o n.º 46/10, em nome de João Marques Pereira, com o NIF 120236087, residente na Rua Helder Luciano Roldão, n.º 29A, Marinha Grande, relativa à obra de construção de muros de vedação e demolição de muros existentes, na Rua Gervásio José Birne, Marinha Grande.

Presente cópia do ofício n.º 432/13, de 07/05/2013, a informar o requerente da intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 09/06/2010;

Presentes alegações do interessado com registo de entrada n.º 930/13, de 20/06/2013.

A Câmara Municipal apreciou as alegações apresentadas pelo interessado e,

- Considerando que em 09/06/2010 foi concedida licença a João Marques Pereira, com o NIF 120236087, residente na Rua Helder Luciano Roldão, n.º 29-A, Marinha Grande, para proceder à construção de muros de vedação e demolição de muros existentes, na Rua Gervásio José Birne, Marinha Grande.

- Considerando que pelo facto de não ter solicitado o mencionado alvará de licença de construção no prazo previsto nos n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ou seja um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, o requerente foi notificado em 13-05-2013, para se pronunciar sobre a intenção de declaração de caducidade da licença, anteriormente referida, para construção de muros e demolição dos existentes;

- Considerando que depois de notificado, o interessado, veio em sede de audiência prévia, alegar que não requereu o alvará por estar ausente do país por motivos profissionais;

- Considerando que as construções em apreço se encontram executadas;

- Considerando que a promoção do correto ordenamento do território não se compadece com a manutenção de operações urbanísticas ilegais, que perdurem no tempo;

Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, pelo titular do processo de licenciamento de construção n.º 46/10, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 09-06-2010, a José Marques Pereira com o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

NIF 120236087, residente na Rua Helder Luciano Roldão, n.º 29A, Marinha Grande, relativa à obra de construção de muros de vedação e demolição de muros existentes, na Rua Gervásio José Birne, Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - PROCESSO N.º 123/07 – CRISAL – CRISTALARIA AUTOMÁTICA SA – APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL

714 - Presente projeto referente ao pedido de licenciamento da obra de alteração de uma unidade industrial – ampliação de armazém existente, a que foi atribuído o número de processo n.º 123/07, incidente sobre um prédio sito no lote 1 da Rua de Portugal – Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia da Marinha Grande, apresentado por Crisal – Cristalaria Automática, S.A, com o NIPC 505210150, com sede na mesma morada.

Presentes alegações apresentadas pela interessada, em sede de audiência prévia, com o registo de entrada n.º 1111, datadas de 18-07-2013.

A Câmara Municipal analisou as alegações apresentadas e,

- Considerando que a interessada se pronunciou dentro do prazo que lhe foi concedido para o efeito;
- Considerando que a sociedade em causa veio alegar que o não cumprimento do prazo para solicitar a emissão do alvará de licença de construção se deveu ao facto de se encontrar focalizada na reestruturação e modernização da empresa, impostas por uma conjuntura internacional de concorrência feroz;
- Considerando que a interessada pretende regularizar a situação, tendo invocado que a legalização das obras é vital para obtenção de financiamento no âmbito do QREN.
- Considerando que a difícil situação económica que o país inteiro atravessa, e atenta às dificuldades e obstáculos diversos com que as empresas se deparam, não tomará decisões que possam impedir o desenvolvimento local;
- Considerando que cabe aos órgãos municipais a promoção desse desenvolvimento e da proteção e fomento do emprego;

Delibera atender aos factos expostos por Crisal – Cristalaria Automática S.A - com o NIPC 505210150 e com sede no lote 1 da Rua de Portugal – Zona Industrial Casal da Lebre, freguesia da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 123/07, referente a um obra de alteração de uma unidade industrial – ampliação de armazém existente, incidente sobre um prédio sito na mesma morada - nomeadamente a importância da regularização da situação ser essencial para que possa recorrer a

financiamentos no âmbito do QREN, e com isso contribuir para o desenvolvimento do concelho nesta conjuntura de grave crise económica e financeira, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 14-10-2010, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - REQ. N.º 1192/13 – PC N.º 83/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA

715 - Presente requerimento n.º 1192/13, datado de 31/07/2013, de Ana Catarina Barroca Batista, titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas a abertura de arruamento, com o n.º 83/13 para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 2/13, em 12/07, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.033 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.036 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.083, localizado em Rua Vila Marinha, lugar de Picassinós, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução da rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de águas residuais pluviais e infraestruturas viárias.

Presente igualmente o Auto da Comissão de Vistorias, propondo a Receção Provisória Parcial das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória Parcial, a Câmara deliberou:

Aceitar provisoriamente as obras de urbanização referentes às componente de execução da rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de águas residuais pluviais.

Aceitar apenas parcialmente os trabalhos que dizem respeito às infraestruturas viárias, em virtude de existirem alguns aspetos cuja execução não foi assegurada, nomeadamente o corte e remate adequado entre o pavimento betuminoso existente e o executado no âmbito das obras de urbanização e a aplicação da camada de desgaste na área pavimentada, onde apenas houve lugar à aplicação da camada de regularização, conforme auto anexo.

Mandar libertar 90% do montante da caução relativa às componentes rececionadas, conforme descrito no quadro abaixo, identificado como Quadro I, no montante de 5.027,04 € (cinco mil e vinte e sete euros e quatro cêntimos), da caução prestada através do depósito efetuado a favor da Câmara Municipal, a que respeita da guia de depósito n.º 9/2013 (NTL 1191), emitida em 01/07/2013, ficando retidos 1.525,61 € (mil quinhentos e vinte e cinco euros e sessenta e um cêntimos), respeitantes ao valor remanescente das componentes rececionadas provisoria e parcialmente, a que se acresce 9.575,00 € (nove mil quinhentos e setenta e cinco euros), correspondente às

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

componentes de rede elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás, conforme descrito no quadro abaixo, identificado como Quadro II.

Quadro I – Infraestruturas objeto de vistoria

| Infraestrutura | Estimativa Orçamental | % máxima a libertar | Montante máximo a libertar | Valor remanescente |
|--|-----------------------|---------------------|----------------------------|--------------------|
| Rede de abastecimento de água | 570,36 € | 90% | 513,32 € | 57,04 € |
| Rede de drenagem de águas residuais domésticas | 540,68 € | 90% | 486,61 € | 54,07 € |
| Rede de águas residuais pluviais | 1.913,58 € | 90% | 1.722,22 € | 191,36 € |
| Infraestruturas viárias – componentes executadas e a receber | 2.560,98 € | 90% | 2.304,88 € | 256,10 € |
| Infraestruturas viárias – componentes não executadas, montante a reter | 967,05 € | 0% | 0,00 € | 967,05 € |
| | | | 5.027,04 € | 1.525,61 € |

Quadro II – Infraestruturas a vistoriar pelas respetivas entidades competentes

| Especialidade | Estimativa Orçamental |
|--------------------------|-----------------------|
| Rede de energia elétrica | 1.085,00 € |
| Rede de telecomunicações | 5.495,00 € |
| Rede de gás | 2.595,00 € |
| Diversos | 400,00 € |
| Total | 9.575,00 € |

Informar a requerente que, no que diz respeito às restantes componentes (rede elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás), dado a verificação da mesmas não ser da competência da Câmara Municipal, a sua receção provisória e a libertação dos respetivos valores caucionados, depende de prévia realização de vistoria e emissão de parecer favorável pelas respetivas entidades competentes para cada uma delas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

32 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: ERNESTINO GOMES - DEFERIMENTO.

716 - Presente Informação Jurídica n.º 1815/2013, de 22.07.2013, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo V);

Presente Informação da DISU, de 13.05.2013, enviada via Webdoc à DJC em 26.06.2013 (anexo IV);

Presente Participação da P.S.P. – esquadra da Marinha Grande, à qual correspondeu o registo de entrada n.º 3259/2013, respeitante ao sinistro ocorrido em 13.04.2013 na Rua 10 de junho (Picassinós), com a viatura Honda Civic, propriedade de Ernestino Gomes (anexo III);

Presente movimentos Webdoc associados à E/3120/2013 (anexo II)

Presente requerimento n.º E/3120/2013, de 22/04/2013, apresentado pelo lesado Ernestino Gomes, na qual junta orçamento de reparação do veículo Honda Civic, com a matrícula 31-56-OB e requer indemnização no valor de 70 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 13 de abril de 2013, pela existência de um buraco numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal - Rua 10 de junho (Picassinós) - e cujo pavimento é composto por betuminoso (anexo I);

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1815/2013, de 22.07.2013, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar o lesado Ernestino Gomes, contribuinte n.º 115 275 053, no montante de setenta euros, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura e recibo emitidos pela Sociedade Henrique Primo Unipessoal, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010-DEEM

717 - Presente informação n.º 29SAB/2013 da área da Contabilidade e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., a apresentar, para reforço de caução da obra mencionada a garantia bancária n.º 2560.000013.593 de 19.07.2013 no montante de 42.916,66 euros emitida pela Caixa Geral de Depósitos.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do artigo 353º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, aceitar a referida garantia bancária e restituir a importância de 42.916,66 € ao adjudicatário LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., retidos através das guias n.º 615/1, 703/1, 705/1, 898/1 de 2013 e parte das guias 610/1 e 1030/1, nos termos do mapa que consta da informação da área de contabilidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA – COMPROMISSOS ASSUMIDOS NOS MESES DE JUNHO E JULHO DE 2013

718 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 20-12-2012, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que na sessão ordinária de 28-12-2012 a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, desde que:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que foi ainda deliberado que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deveria ser apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/006/2013, datada de 07/08/2013, referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande nos meses

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

de junho e julho de 2013, que foram objeto de autorização prévia genérica na sessão da Assembleia Municipal de 28-12-2012.

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18/09, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redacção actual, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos para o ano de 2014 e seguintes ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo na sua sessão de 28-12-2012, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21-06.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2013 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JULHO DE 2013

719 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada em 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de Julho de 2013 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 28/01/2013, na continuação da reunião de Câmara de 24/01/2013, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE "TRANSPORTE
ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE
CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2013/2014"**

720 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis nºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,

alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1804/2013 e requisição interna n.º 12660, do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de *“Transportes escolares para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo de 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o ajuste directo nos termos do artigo 24.º n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, sendo esta a empresa concessionária deste serviço público, conforme comunicação da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, datada de 09-08-2013, em anexo.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Orçamento da Despesa e Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2013/2014”* nas classificações orgânica/económica 06/020210 e 06/020225, ação do PAM 2013/A/37, tendo sido emitido o devido cabimento pelos serviços da Área de Contabilidade

Considerando que o preço base a aplicar é de 41.067,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”

721 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º I/1902/2013 e requisição interna n.º 12671 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas de Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrado no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrado no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar é de 12.627,36 euros, acrescidos de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrado no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrado no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2013/2014”*.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATAÇÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”

722 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da

República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1901/2013 e requisição interna n.º 12670 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano lectivo*

2013/2014”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na contratação de *serviços de “Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 para contratação de serviços de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/34.

Considerando que o preço base a aplicar é de 18.397,88 euros, isento de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014”.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas de Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2013/2014*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE PORTAGENS COM RECURSO AO SISTEMA DE “VIA VERDE” PARA O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

723 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º LE/07/2013 e a requisição interna n.º 12439 do serviço da DISU - DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação do serviço de portagens com recurso ao sistema de "VIA VERDE", para o período de 1 de Outubro de 2013 a 30 de Setembro de 2014.

Considerando que a despesa em epígrafe não está prevista nas Grandes Opções do Plano, tendo enquadramento orçamental no orçamento da despesa na classificação orgânica/económica 0103/020210.

Considerando que o valor total estimado da despesa inerente ao *"Serviço de portagens com recurso ao sistema "VIA VERDE" para o período de Outubro de 2013 a Setembro de 2014"* é de 2.400,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar com a contratação do *"Serviço de portagens com recurso ao sistema "VIA VERDE" para o período de Outubro de 2013 a Setembro de 2014"*, sendo que o valor total da despesa prevista a assumir em 2013 é de 600 euros e de 1.800 euros em 2014, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 23%.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao "Serviço de portagens com recurso ao sistema "VIA VERDE" para o período de Outubro de 2013 a Setembro de 2014" para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS HOSPITALARES PERIGOSOS DOS GRUPOS III E IV PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013 A OUTUBRO DE 2014 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

724 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º 1/1898/2013 e a requisição interna n.º 12313 do serviço da DAM - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação do “*Serviço de recolha de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV para o período de Novembro de 2013 a Outubro de 2014*”.

Considerando que o valor total estimado da despesa relativa ao “*Serviço de recolha de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV para o período de Novembro de 2013 a Outubro de 2014*” é de 234,00 euros acrescido de IVA à taxa de 23%.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação “*Serviço de recolha de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV para o período de Novembro de 2013 a Outubro de 2014*”, sendo que o valor total da despesa prevista a assumir em 2013 é de 39 euros e de 195 euros em 2014, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento de 2013 e no Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2013 e 2014, inerente à contratação do “*Serviço de recolha de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV para o período de Novembro de 2013 a Outubro de 2014*”, na classificação orgânica/económica 03/020220, ação do PAM 2013/A/132, introduzida em sede de revisão orçamental aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 21/06/2013.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “*Serviço de recolha de resíduos hospitalares perigosos dos grupos III e IV para o período de Novembro de 2013 a Outubro de 2014*” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

41 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES

Assunto retirado da ordem do dia.

42 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2013

725 - Presente informação nº1889 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 06/08/2013, referente à atualização anual das rendas de habitação social, sitas na Rua Júlio Braga Barros e Praceta da Liberdade.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder às atualizações anuais das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Rua Júlio Braga Barros

| BLOCO | MORADOR | FRACÇÃO | CONTRATO | RENTA 2012 | RENTA 2013 |
|-------|-----------------------------|---------|------------|------------|------------|
| 1 | Vítor Manuel R. Sousa | R/C D | 27/12/1993 | 42,28€ | 42,28€ |
| 1 | Maria Brízida Jesus Azevedo | 1ºD | 01/01/2000 | 17,61€ | 17,61€ |
| 1 | Maria de Fátima G. Almeida | 3ºC | 17/01/1996 | 18,36€ | 4,85€ |
| 3 | Ricardo Miguel S. Casaca | 1ºC | 01/01/1999 | 38,80€ | 38,80€ |
| 5 | Maria Fátima Silva Ferreira | R/C B | 22/12/1997 | 58,25€ | 58,25€ |
| 5 | José Pereira | R/C C | 01/10/2000 | 26,66€ | 49,44€ |

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Praceta da Liberdade

| BLOCO | MORADOR | FRACÇÃO | CONTRATO | RENTA 2012 | RENTA 2013 |
|-------|-----------------------|----------|------------|------------|------------|
| 1 | Celeste Botas Pereira | R/C Esq. | 01/01/2010 | 4,85€ | 5,65€ |

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de setembro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA HELENA DE ALMEIDA MONTEIRO CUNHA, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 4, R/C ESQ., POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO

726 - Presente informação n.º 1890 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, DCD, datada de 06 de agosto de 2013, referente a pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de redução do rendimento auferido pelo seu agregado familiar.

Considerando que houve diminuição dos rendimentos da família, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 30,47€ (trinta euros e quarenta e sete centavos) para 23,17€ (vinte e três euros e dezasseis centavos).

Mais delibera que o valor da renda entre em vigor, a partir do próximo mês de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO). MINUTA DE CONTRATO. ALTERAÇÃO.

727 - Presente exposição apresentada pelo adjudicatário da concessão de exploração de cafetaria de apoio a espaços culturais, na qual propõe a alterações dos n.ºs 2 e 3, da cláusula 2.ª da minuta de contrato.

Considerando que é admissível excluir dos bens a transferir para o concedente no termo do contrato todos os bens afetos à exploração que não estejam incorporados no espaço a título permanente e/ou definitivo.

A Câmara Municipal delibera alterar a cláusula 2.ª, n.º 2, que passa a ter a seguinte redação: “Para efeitos do disposto no ponto anterior, consideram-se afetos à exploração todos os bens existentes à data de celebração do contrato, assim como os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pelo concessionário que fiquem incorporados no espaço a título permanente e/ou definitivo.” e alterar a cláusula 2.ª, n.º 3, que passa a ter a seguinte redação: “Não estão afetos à exploração, para os efeitos da cláusula 28.ª, os equipamentos, máquinas, aparelhagem e respetivos acessórios.”

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de agosto de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **1.563.348,18 €** (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e oito euros e dezoito cêntimos)

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

728 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 1106/13 – PC N.º 226/13 – CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO
2. REQ. N.º 1233/13 – PC N.º 261/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA
3. REQ. N.º 1062/13 – PC N.º 918/13 – ILDA SANTOS CRUZ
4. REQ. N.º 768/13 – PC N.º 359/12 – ARMANDO FERNANDES ANTÓNIO

5. REQ. N.º 1060/13 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.
6. REQ. N.º 1243/13 – PC N.º 262/13 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.
7. REQ. N.º 1252/13 – PC N.º 263/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
8. REQ. N.º 1254/13 – PC N.º 264/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
9. REQ. N.º 1255/13 – PC N.º 265/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
10. REQ. N.º 1259/13 – PC N.º 267/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
11. REQ. N.º 1260/13 – PC N.º 268/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
12. REQ. N.º 1258/13 – PC N.º 266/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA S.A.
13. REQ. N.º 2075/11 – PC N.º 161/08 – MANUEL AZENHA FAJARDO
14. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
15. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1106/13 – PC N.º 226/13 – CARLOS ALBERTO PEDROSA MONTEIRO

729 - Presente requerimento n.º 1106/13, datado de 2013/07/18, constante do processo camarário n.º 226/13, subscrito por Carlos Alberto Pedrosa Domingues, NIF n.º 133934225, com residência na rua das Gaivotas, n.º 2, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicita a licenciamento da obra de “*Alteração e Ampliação de Moradia*” existente, localizada num prédio urbano sito na rua da Foz, n.º 15, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/08/13, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico datado de 2013/08/13 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 29/2010, de 02/09.**
- 2. Apresentação, em igual período, de Termos de Responsabilidade subscritos pelo autor do projeto e coordenador de projeto, com referência à legislação em vigor no que respeita ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nomeadamente: Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.**
- 3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1233/13 – PC N.º 261/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA

730 - Presente processo de licenciamento, em nome de Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773, residente em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande e de Susana Margarida Barroca Batista, como o NIF 214835138, residente em Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, para legalização, de um edifício destinado a garagem, existente no prédio com 3.731,00 m², sito em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, registado Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419,00 m² inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.312,00 m² inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2083.

Presente informação técnica datada de 2013-08-12 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação, desde que apresente os elementos descritos na alínea i) do n.º 1 do artigo 63.º do RMEUMMG, e nas alíneas c) e d) do n.º 1 do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, designadamente:

- Fotografia do imóvel;
- Extrato da Carta Ordenamento PDM, Extrato Carta Condicionantes PDM, Planta de situação à escala 1:25.000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;

- Planta de Localização à escala 1:2000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Ana Catarina Barroca Batista, com o NIF 221723773, residente em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande e de Susana Margarida Barroca Batista, como o NIF 214835138, residente em Rua Mestre da Silva Roque, n.º 7, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, para legalização, de um edifício destinado a garagem, existente no prédio com 3.731,00 m², sito em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, registado Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 15033, com 419,00 m² inscritos na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e 3.312,00 m² inscritos na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2083, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentação, no prazo de seis meses, a contar da data da notificação dos seguintes elementos:

a) Fotografia do imóvel, nos termos do previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 63º do RMEUMMG-Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor;

b) Extrato da Carta Ordenamento PDM, Extrato Carta Condicionantes PDM, Planta de situação à escala 1:25.000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra, nos termos do previsto na alínea c) do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

c) Planta de Localização à escala 1:2000, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do n.º 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

d) Projeto de estabilidade, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1062/13 – PC N.º 918/13 – ILDA SANTOS CRUZ

731 - Presente processo de licenciamento, em nome de Ilda Santos Cruz, com o NIF 119 901 277, residente estrada da Praia, n.º 10, em Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a habitação, restauração e bebidas e comércio, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4235 e na matriz predial urbana sob o n.º 3407, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 13/08/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Presentes processos antecedentes, PC 453/76, relativo a um pavilhão de exposição de artesanato, aprovado em reunião de Câmara de 4 de maio de 1976, PC 274/79, aprovado em reunião de 27 de março de 1979, relativo ao edifício principal, PC 86/86, aprovado em reunião de Câmara de 22/01/86, para um telheiro, PC 676/96, relativo a um segundo telheiro existente na frente do edifício, aprovado em reunião de Câmara de 27 de junho de 1996 e PC 918/2003, relativo ao licenciamento de um estabelecimento de restauração, aprovado em reunião de Câmara de 15 de abril de 2004.

A Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento, em nome de Ilda Santos Cruz, com o NIF 119 901 277, residente estrada da Praia, n.º 10, em Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, para a legalização de um edifício destinado a habitação, restauração e bebidas e comércio, existente no mesmo local, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4235 e na matriz predial urbana sob o n.º 3407, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Deliberou igualmente informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 768/13 – PC N.º 359/12 – ARMANDO FERNANDES ANTÓNIO

732 - Presente processo de licenciamento, em nome de Armando Fernandes António, com o NIF 160882583, residente na Avenida José Gregório, n.º 38, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, para a legalização de ampliações executadas a um edifício destinado a oficina, existente na rua Bico da Garcia, n.º 36º, Garcia, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 15/04/2013 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação;

Presente processo antecedente, PC 1125/91, cujas alterações finais foram deferidas em reunião de Câmara de 07/04/1993;

Presente deliberação de Câmara datada de 22 de abril de 2013, concedendo 15 dias ao requerente para que este se pronuncie, em audiência prévia, nos termos dos artigos 100º e 101º do CPA, quanto ao projeto de indeferimento do seu processo;

Presente resposta com alegações apresentada pelo requerente;

Presente informação técnica datada de 2 de Agosto referindo que as alegações apresentadas em sede de audiência prévia não permitiram sanar as questões que motivaram o parecer técnico desfavorável que se encontra na base da deliberação de Câmara de 22/04/2013.

A Câmara Municipal deliberou:

Indeferir o processo referente a legalização de ampliações executadas a um edifício destinado a oficina, existente na rua Bico da Garcia, n.º 36º, Garcia, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e na matriz predial urbana sob o n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por Armando Fernandes António, com o NIF 160 882 583, residente na avenida José Gregório, n.º 38, Engenho, Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 11º do regulamento do PDMMG, ao propor a construção a uma distância da estrema do terreno inferior a 15,0 m".

Deliberou igualmente informar que as alegações apresentadas pelo requerente, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), não permitiram sanar as razões de facto e de direito que motivaram o indeferimento do seu pedido.

Mais deliberou remeter o processo aos serviços da Divisão Jurídica e de Comunicação, para que estes se pronunciem quanto à matéria contra-ordenacional decorrente da existência de edificações não passíveis de licenciamento no atual quadro legal e regulamentar aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1060/13 – PC N.º 357/06 – DUARTE GOMES E DUARTE, LDA.

733 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1060/13 de 11/07/2013, apresentado por Duarte Gomes e Duarte, Lda., com o NIPC 506302113, com sede em Rua Vale das Noras, n.º 18, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 357/06, e titulada pelos alvarás de obras de construção n.º 205/08, emitido em 24/09/2008 e n.º 39/11, emitido em 23/05/2011.

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado 31/07/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Rosas, lugar de Pedra de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Baixo, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de António Maria Gonçalves Pereira, com o NIF 149114745, residente em Av. das Piscinas, n.º 24, lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1243/13 – PC N.º 262/13 – PT COMUNICAÇÕES, S.A.

734 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por PT Comunicações, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, a levar a efeito na Rua das Acácias e na Rua das Sardinheiras, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 05/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, referentes aos trabalhos de ampliação das infraestruturas de telecomunicações, para execução de uma requisição de ligação a levar a efeito na Rua das Acácias e na Rua das Sardinheiras, Freguesia de Vieira de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1) As infraestruturas em causa devem ser executadas no passeio, devendo os pavimentos ser devidamente repostos nas condições em que se encontravam antes da intervenção.**
- 2) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- 3) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1252/13 – PC N.º 263/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

735 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a cabo na Rua Fonte dos Fidalgos, n.º 35, Lugar de Casal d'Anja, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 26/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a cabo na Rua Fonte dos Fidalgos, n.º 35, Lugar de Casal d'Anja, Freguesia de Vieira de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- 2) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- 3) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1254/13 – PC N.º 264/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

736 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Nova da Comeira, n.º 7 lugar de Comeira e na Rua da Várzea, n.º 43, , Lugar de Várzea, ambas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 03/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 metro de betuminoso e 2,50 metros de calçada, para realização de

trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Nova da Comeira, n.º 7 lugar de Comeira e na Rua da Várzea, n.º 43, Lugar de Várzea, ambas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1255/13 – PC N.º 265/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

737 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 25,00 metros de betuminoso e 3,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em diversas ruas, designadamente, Estrada da Garcia, n.º 101, Travessa dos Meninos (lugar de Amieirinha), Rua 10 de Junho (lugar de Picassinós), Rua António Lopes (lugar de Ordem) e Rua Manuel Ferreira (lugar de Ordem), todas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 09/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 25,00 metros de betuminoso e 3,50 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em diversas ruas, designadamente, Estrada da Garcia, n.º 101, Travessa dos Meninos (lugar de Amieirinha), Rua 10 de Junho (lugar de Picassinós), Rua António Lopes (lugar de Ordem) e Rua Manuel Ferreira (lugar de Ordem), todas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1259/13 – PC N.º 267/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

738 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., com abertura de vala em 1,00m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a efeito na Rua Álvaro Duarte, n.º 7, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Álvaro Duarte, n.º 7, Lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os trabalhos devem ser promovidos sem implicar qualquer corte do betuminoso.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1260/13 – PC N.º 268/13 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

739 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 28,00 metros de betuminoso, e 12,50 metros de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Estrada da Garcia, n.º 62 e n.º 79, Rua das Acácias, n.º 2 (lugar da Comeira), Rua das Laranjeiras, n.º 10, n.º 17, n.º 19 e n.º 24 (lugar de Engenho), Rua Manuel Baridó, n.º 4 e n.º 10 (lugar de Casal Galego) e Rua da Panificadora, n.º 7 e n.º 9, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 29/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 28,00 metros de betuminoso, e 12,50 metros de calçada e 1,00 m de valeta, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Estrada da Garcia, n.º 62 e n.º 79, Rua das Acácias, n.º 2 (lugar da Comeira), Rua das Laranjeiras, n.º 10, n.º 17, n.º 19 e n.º 24 (lugar de Engenho), Rua Manuel Baridó, n.º 4 e n.º 10 (lugar de Casal Galego) e Rua da Panificadora, n.º 7 e n.º 9, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 1258/13 – PC N.º 266/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA S.A.

740 - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 10,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua da Indústria Metalúrgica, freguesia de Marinha Grande,

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/07/2013, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 10,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua da Indústria Metalúrgica, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Os trabalhos deverão ser executados o mais rapidamente possível, em colaboração com os serviços desta autarquia, dado que está prevista a pavimentação deste arruamento para breve, devendo a intervenção ser levada a cabo antes do início dos trabalhos
- 2) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- 3) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 2075/11 – PC N.º 161/08 – MANUEL AZENHA FAJARDO

741 - Considerando que em 16-05-2013, foi deliberado submeter a audiência prévia o projeto de caducidade da licença, concedida em reunião da Câmara Municipal de 14-10-2010, para alteração de muros de vedação existentes, com a abertura de vãos para colocação de portões e aumento de altura do muro de vedação interior, sitos no Lugar de Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, por o requerente, Manuel Azenha Fajardo, não ter solicitado o respetivo alvará de licença de construção, tal como impõe o artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de março e Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro;

Considerando que em 25-07-2013, foi, findo o prazo para audiência prévia, tomada a deliberação final de caducidade da licença em apreço;

Considerando que para o mesmo local, foi igualmente licenciada uma moradia, em nome do mesmo requerente, em 31-10-2007;

Considerando que ao processo administrativo de licenciamento da moradia corresponde o n.º 22/02, enquanto que ao processo administrativo de licenciamento das alterações dos muros de vedação foi atribuído o n.º 161/08, constituindo por isso processos autónomos;

Considerando que a deliberação final tomada em 23-07-2013 padece de um erro material, na medida em que faz referência “ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia familiar, anexo e muros de vedação”, quando devia referir-se ao pedido de licenciamento das alterações dos muros de vedação.

Considerando que apesar da citada deliberação fazer alusão ao licenciamento da moradia é indiscutível que existem outros elementos, no seu conteúdo, que se reportam, exclusivamente, ao licenciamento da alteração dos muros de vedação, nomeadamente: a correta identificação do processo administrativo e da deliberação datada de 14/10/2010, que aprovou a dita alteração, e ainda a menção ao ofício n.º 464/13, de 17-05-2013, enviado ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declaração de caducidade da licença para alteração dos muros de vedação;

Considerando que o erro material em causa é manifesto e evidencia-se por si próprio, face aos diversos elementos constantes da mesma;

Considerando que o artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, preceitua, no seu n.º 1 que os “ erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser rectificadas, a todo o tempo, pelos órgãos competentes para a revogação do acto”;

Considerando que “A rectificação pode ter lugar oficiosamente ou a pedido dos interessados, tem efeitos retroactivos e deve ser feita sob a forma e com a publicidade usadas para a prática do acto rectificado” – n.º 2 do citado artigo 148.º;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 148.º, do CPA, retificar a deliberação final tomada em 25-07-2013, no processo n.º 161/08, referente à declaração de caducidade do ato de licenciamento das alterações de um muro existente na Rua do Corgo Norte, lugar da Comeira, freguesia e concelho da Marinha Grande, em nome de Manuel Azenha Fajardo, por o erro ser manifesto, como se demonstrou pelos factos anteriormente expostos.

Assim, nos diversos parágrafos, onde se lê:

“ ... licenciamento relativo à obra de construção de uma moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação...”,

Deve ler-se:

“...licenciamento relativo à obra de alteração de muros de vedação existentes, pressupondo a abertura de vãos para colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior....”,

Passando, assim, a deliberação de 25-07-2013 a ter a seguinte redação:

“O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de alteração de muros de vedação existentes, pressupondo a abertura de vãos para colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior, a que foi atribuído o número de processo 161/08, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Manuel Azenha Fajardo, com o NIF n.º 107966859, residente na Rua do Corgo Norte, n.º 26, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 14/10/2010.

Presente informação técnica datada de 19/07/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 14/10/2010, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de alteração de muros de vedação existentes, pressupondo a abertura de vãos para colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior, incidente sobre um prédio sito na Rua do Corgo Norte, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.
- O titular do processo de licenciamento nº 161/08, Manuel Azenha Fajardo, com o NIF n.º 107966859, residente na Rua do Corgo Norte, n.º 26, Lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 464/13, datado de 17/05/2013, rececionado em 20/05/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 10/06/2013;
- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo da prorrogação conferida nos termos do disposto no nº 2 do mesmo artigo e diploma, sem que o titular do processo nº 161/08, Manuel Azenha Fajardo, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de alteração de muros de vedação existentes, pressupondo a abertura de vãos para

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

colocação de portões e aumento da altura do muro de vedação interior, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

742 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de agosto corrente, com o seguinte teor integral:

Através de deliberação camarária, de 25 de julho de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Requalificação do Património Stephens - Casa da Cultura.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 06 de agosto corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

A aprovação da minuta do contrato em apreço é urgente tendo em conta a data limite do contrato de financiamento e a necessidade de garantir que todos os trabalhos são executados, medidos e pagos dentro do respetivo prazo. O retardamento da aprovação da minuta e consequentemente da celebração do contrato é suscetível de fazer perigar o financiamento da obra.

Assim e por se verificarem os requisitos previstos no artigo 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovo a minuta do contrato a celebrar, que fica anexa.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, considerando os fundamentos aduzidos, delibera ratificar o despacho n.º 211/2013, de 13 de agosto de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Vítor Pereira e Dr. Fernando Esperança.

15 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

743 - Presente despacho, do Presidente da Câmara Municipal, de 13 de agosto corrente, com o seguinte teor integral:

Através de deliberação camarária, de 25 de julho de 2013, foram aprovados trabalhos de suprimimento de erros e omissões no âmbito da empreitada de Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande.

O adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Em 06 de agosto corrente, foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

A aprovação da minuta do contrato em apreço é urgente tendo em conta a data limite do contrato de financiamento e a necessidade de garantir que todos os trabalhos são executados, medidos e pagos dentro do respetivo prazo. O retardamento da aprovação da minuta e consequentemente da celebração do contrato é suscetível de fazer perigar o financiamento da obra.

Assim e por se verificarem os requisitos previstos no artigo 68.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e de acordo com o disposto no artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovo a minuta do contrato a celebrar, que fica anexa.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, considerando os fundamentos aduzidos, delibera ratificar o despacho n.º 212/2013, de 13 de agosto de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Vítor Pereira e Dr. Fernando Esperança.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Tal como tinha sido decidido no início da reunião, após a apresentação e votação de todos os assuntos seguiu-se o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança colocou as seguintes questões:

⇒ Qual o ponto de situação da revisão do PDM;

⇒ Relativamente aos concursos para Chefes de Divisão, verifica-se a consolidação de compromissos que vão ser assumidos pela próxima equipa autárquica, pelo que questiona se nesta fase não será pouco ético a assunção destes compromissos.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

⇒ Em nome dos Vereadores da CDU apresentou o requerimento cujo conteúdo se passa a reproduzir:

“REQUERIMENTO

1 -Tendo em consideração que há semanas se encontra afixada propaganda da Câmara Municipal da Marinha Grande, em diversos painéis publicitários da empresa JC Decaux e tendo igualmente em consideração o conteúdo da mensagem transmitida, bem como o actual período pré-eleições autárquicas.

Os vereadores da CDU entendem que a acção propagandística citada, relevando a actividade da Câmara mais não é que mera propaganda eleitoral que visa enaltecer o Partido Socialista, com a utilização de meios publicitários, pagos e ou patrocinados pelo erário público, neste caso a Câmara Municipal da Marinha Grande.

Tudo isto configura, em nosso entender, uma clara violação da lei e a consumação duma situação de abuso de poder, violentando os munícipes pela utilização indevida de meios, numa clara demonstração de desigualdade face às diversas candidaturas já apresentadas ao próximo acto eleitoral que terá lugar no próximo dia 29 de Setembro de 2013.

Os vereadores da CDU apresentarão queixa junto da entidade competente, neste caso, a Comissão Nacional de Eleições.

Pelo que os vereadores da CDU na Câmara Municipal da Marinha Grande, requerem que nos prazos legais, sejam informados do seguinte:

- a) Datas de início e fim da citada campanha propagandista;*
- b) Custos da referida campanha;*
- c) Fornecimento de cópia de todos os contratos que se encontrem em vigor celebrados com a JC Decaux.*

2 – Considerando a veia eleitoralista revelada pelo executivo do Partido Socialista, nomeadamente no que concerne ao asfaltamento de diversas vias de comunicação, facto que poderá configurar uma situação de gestão danosa, ponderando-se o tipo de asfaltamentos efectuados, bem como o não acautelamento de necessidades de intervenção necessária e imediata na rede de águas e ou saneamento.

Considerando que estas intervenções, bem como outras em que se destruíram jardins completos, para fazer tudo de novo, são situações de inqualificável oportunismo eleitoralista, os vereadores da CDU, requerem o seguinte:

- a) Relação de todas as obras de intervenção em todas as vias de comunicação do concelho, desde 1 de Janeiro de 2013;*
- b) Informação da forma de adjudicação, bem como dos custos de cada intervenção;*
- c) Informação técnica do tipo de intervenção efectuada;*
- d) Informação técnica, caso a caso, sobre a necessidade ou não de intervenção no curto prazo, face à rede de águas e ou de saneamento.*

3 – Considerando os consecutivos atrasos verificados, concretamente nas obras da Resinagem e do Teatro Stephens, os vereadores da CDU, requerem ser informados por escrito da data em que as obras estarão definitivamente concluídas .

4 – Os vereadores da CDU requerem igualmente ser informados da data da ocupação das antigas instalações da IVIMA, pelas diversas entidades de intervenção social. ”

- ⇒ Requeru ainda informação detalhada sobre o processo de adjudicação da demolição da antiga Fábrica J. Ferreira Custódio;
- ⇒ Mais uma vez lamenta que os documentos continuem a chegar de forma deficiente e nas vésperas da reunião, o que lhe parece claramente ilegal e impossibilita aos Vereadores da oposição a análise dos assuntos colocados em agenda.

O Sr. Vereador Dr. António Santos abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Gostaria de saber qual o ponto de situação sobre o campo e o relvado do ACM e se há alguma solução para o caso;
- ⇒ Já tinha falado com o Vereador Paulo Vicente sobre a rampa para deficientes situada sobre o café, em S. Pedro de Moel, que considera que está muito inclinada e escorregadia, necessitando de ser corrigida. A praça Afonso Lopes Vieira está bonita mas parece-lhe que falta lá um candeeiro;
- ⇒ No domingo, às 10:00 h, os caixotes do lixo da Praia da Vieira ainda estavam cheios de lixo, o que tira a magia e o encanto desta praia. Esta situação deve ser tida em atenção, especialmente neste mês de agosto;
- ⇒ No início do mandato havia um calceteiro a tempo inteiro e a situação das calçadas estava bem, agora que não há calceteiro a situação está muito má. Contudo, junto ao Millennium BCP, perto do Mini Preço, foi feita uma calçada bonita, é um trabalho bem feito, só que também se deverá dar atenção às restantes calçadas da cidade;
- ⇒ Constata que o IRS não foi nem para os medicamentos nem para a ação social, tal como pretendia;
- ⇒ O Jornal da Marinha diz que há mau ambiente na Câmara: é verdade ou não? E se é verdade o que é que se fez, porque tem que haver motivação, pois só esta traz produtividade, e havendo mau ambiente isto não acontece. E se é verdade já foi levantado algum inquérito?

Às questões colocadas o Sr. Vice-Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Revisão do PDM – foi feita a avaliação, que veio à Câmara e foi à Assembleia Municipal, está a ser constituída a Comissão de Acompanhamento e esta semana chegou a homologação da cartografia 1/10000 e 1/2000. A fase seguinte é a abertura de concurso externo para a revisão do PDM e a respetiva adjudicação. Os prazos são os estipulados por lei, cerca de 3/4 anos;
- ⇒ Chefes de Divisão – foi aberto concurso no início do ano, foi constituído o respetivo júri, com elementos externos, as entrevistas foram marcadas de acordo com as suas disponibilidades, e dos 6 Chefes de Divisão e 2 Chefias Intermédias ainda falta concluir um processo. As nomeações são a fase seguinte e já só serão feitas pelo executivo seguinte, se assim o entender.
O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que apesar de não ter estudado o assunto, não lhe parece que isso seja assim tão simples como diz o Vice-Presidente, uma vez que já foram criadas expetativas.
- ⇒ Requerimentos apresentados pelo Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – vão ser respondidos por escrito, tal como a lei prevê.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira respondeu à seguinte questão:

- ⇒ ACM – pediu a opinião dos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** entende que não se deve tirar qualquer direito ao mais antigo clube do concelho.

O **Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** entende que neste caso devem ser considerados aspetos históricos e culturais, pois é talvez o clube mais representativo do concelho, sem retirar a importância dos outros clubes. Em relação à colocação dos sintéticos como contrapartida do protocolo com a UDL, o interlocutor era a Câmara e é a ela que cabe a responsabilidade de os clubes não terem os sintéticos, escudada no pressuposto de os compromissos com a UDL terem saído furados. Esta é uma situação que o preocupa. Em relação ao ACM parece-lhe uma situação complicada, pois não pode usar o seu sintético e pelos regulamentos não podem jogar no Estádio Municipal.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que esta situação só demonstra que os regulamentos estão ultrapassados e com regras muito duras quanto à utilização dos equipamentos municipais. A sua opinião é de que o executivo tem que dialogar com todos os clubes e encontrar com eles uma solução de bom senso.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** referiu que este regulamento permitiu preservar os nossos relvados, daí serem utilizados pela Federação Portuguesa de Futebol para as selecções. Os relvados naturais são limitativos em termos da sua utilização, daí que entre os jogos têm que ser preservados e têm que descansar. O ACM não está excluído

de jogar no relvado natural, só que a utilização que já está a ser feita esgota a carga máxima de utilização. Já foi feita a reunião com todos os clubes, aqui nesta sala, pensando que deste diálogo pudesse ser encontrada uma solução equilibrada de utilização por todos. No entanto o que se verificou é que cada clube só pensa em si e não pensa no desporto em termos globais do concelho. A nossa vontade de diálogo foi promovida com todos os intérpretes, e ficou decidido que por agora se mantinha a situação atual e logo após as eleições se faria a revisão da situação.

Em relação à equipa sénior do ACM ela agora pode jogar no seu sintético, pois este pode ser utilizado desde que as competições não tenham caráter nacional.

A Câmara continua na disponibilidade para, com todos, conciliar datas de jogos, com vista à utilização do relvado natural do Estádio. Mas agora o que fazer? Retirar horas de utilização dos clubes que se encontram a disputar competições nacionais para os seniores do ACM utilizarem? Foi pedido ao ACM que apresentasse uma proposta mas não a apresentou, o que limitou a posição da Câmara.

O compromisso da Câmara, resultante da reunião havida com os clubes, é de manter a situação até setembro, e só depois das eleições será revista.

O Sr. Vice-Presidente respondeu ainda às seguintes questões:

- ⇒ Rampa em S. Pedro – foi ao local com a técnica resolver a situação, está pintada com tinta antiderrapante, não tem a inclinação necessária, mas agora não se pode partir tudo para solucionar o problema;
- ⇒ Candeeiro – vai ver, mas parece-lhe que existia e foi danificado com um acidente;
- ⇒ Lixo na P.^a da Vieira – as papeleiras agora têm maior capacidade. Sobre esta situação específica já foi chamada a atenção da empresa, porque não está a cumprir o caderno de encargos. Contudo, muitas vezes esse lixo é proveniente da utilização noturna dos bares, após a recolha;
- ⇒ Calçadas – na Avenida muitas já foram reparadas e outras vão sendo feitas. A situação junto ao Millennium BCP já era do conhecimento da Câmara há cerca de 1 ano, porque estavam lá umas floreiras que eram um obstáculo à mobilidade normal, pelo que foram retiradas;
- ⇒ IRS – 1% para acção social está dentro da candidatura;
- ⇒ Mau ambiente – houve uma reunião com os técnicos, na qual esteve presente, e que correu bem. A questão levantada pela notícia do jornal põe em causa não o executivo mas sim o bom nome dos funcionários. Se houvesse alguém ofendido apurar-se-iam responsabilidades.

O **Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** referiu que tem uma pessoa que lhe garante que houve uma grande discussão e com vidros partidos.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que há pessoas a garantir que viram, depois há um comunicado do Presidente da Câmara a desmentir categoricamente a notícia. Como o Presidente não esteve lá, o que deveria fazer era abrir um inquérito para apurar a situação. O problema não é a notícia do jornal, mas haver alguns funcionários a garantir os acontecimentos.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

O **Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança** considera que foi inábil a forma precipitada como foi de imediato feito o desmentido pelo Presidente da Câmara. Dever-se-ia ter averiguado os factos.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** voltou ao assunto referente ao ACM, tendo sugerido que poderia trazer à Câmara uma proposta, se todos estiverem de acordo.

O **Sr. Vereador Dr. António Santos** disse que ouviu a posição da Câmara e agora tem que ouvir a posição dos clubes. Referiu que talvez fosse bom haver uma reunião, tal como a que já houve, com todos, porque eles têm que fazer parte da solução e não do problema.

Também os **Srs. Vereadores da CDU** se mostraram disponíveis para essa reunião, caso a Sr.ª Vereadora entenda marcá-la.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** sugeriu que a reunião seja marcada para a próxima 6.ª feira, dia 16 de agosto.

Os **Srs. Vereadores da CDU** manifestaram disponibilidade, mas o **Sr. Vereador Dr. António Santos** disse que não podia, porque tem uma consulta médica nesse dia, e na semana seguinte entra de férias.

A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira** sugeriu então a 5.ª feira, dia 15 de agosto, ficando de contactar os clubes e informar os Srs. Vereadores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

744 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião eram 13:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 17

O Vice-Presidente

A Secretária da reunião